



***Com os trabalhadores e o povo,
Reforçar o Partido,
Dinamizar a luta.***



XIII ASSEMBLEIA

DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE SESIMBRA DO PCP

2 dezembro 2018 | dom | 14.30h

***Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2
Quinta do Conde***



XIII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE SESIMBRA DO PCP

2 de Dezembro 2018 | dom | 14.30h
Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 — Quinta do Conde

RESOLUÇÃO POLÍTICA

*Com os trabalhadores e o povo,
Reforçar o Partido,
Dinamizar a luta.*

1. Introdução
 2. Situação política e social
 3. Organização e actividade do Partido
 4. Luta dos trabalhadores e populações
 5. Trabalho institucional e autarquias locais
 6. Objectivos políticos e orgânicos
-

1. INTRODUÇÃO

2 A 13ª Assembleia de Organização Concelhia de Sesimbra do PCP (AOCS) é, pela sua realização em si e por toda a sua fase preparatória, um alargado espaço de debate e reflexão no Partido, centrado na avaliação do trabalho realizado desde a última Assembleia em 2015, e na definição dos objectivos orgânicos e de intervenção do Partido no Concelho de Sesimbra.

A fortíssima ofensiva político-ideológica levada a cabo pelo grande capital, sentida particularmente nas empresas e locais de trabalho, que procura fazer crer que não há alternativa à política de direita e à exploração, atacando particularmente o PCP, obriga os comunistas a um redobrado esforço de unidade, ao reforço da organização e intervenção do Partido.

É neste quadro que a 13ª AOCS se realiza, com o objectivo do reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho e nas freguesias, o aumento do número de militantes e das tarefas por eles desenvolvidas, o aprofundamento da intervenção do Partido nas várias áreas sociais do Concelho, centrada na defesa de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

2. SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

A situação económica e social do país continua marcada pelas consequências de décadas de política de direita particularmente agravadas com o Pac-

to de Agressão subscrito por PS, PSD e CDS e aplicado pelo Governo PSD/CDS. A destruição de direitos e condições de vida do povo português, a abdicação da soberania nacional e desrespeito pela Constituição da República, o fortalecimento do poder do capital monopolista, acompanhado de uma intensa ofensiva político-ideológica visando a aceitação do retrocesso civilizacional, continuam a reflectir-se negativamente na situação actual e a condicionar a evolução futura.

A importante derrota da coligação PSD/CDS nas eleições de 4 de Outubro de 2015, a nova relação de forças na Assembleia da República e os desenvolvimentos dela decorrentes, traduziram a condenação da política de direita e o isolamento político e social da coligação, contribuindo para isso a luta determinada dos trabalhadores e do povo.

O PCP tomou a iniciativa e apontou a necessidade de se extraírem consequências políticas e institucionais dos resultados eleitorais. Foi a essa expressão de exigência de mudança da vida política nacional que o PCP respondeu, contribuindo para a interrupção da acção destruidora levada a cabo por PSD/CDS, não desperdiçando a oportunidade para repor direitos e concretizar avanços.

A solução política encontrada foi a de um governo minoritário do PS, em que PCP e o PEV são decisivos para repor e conquistar direitos e travar as ofensivas.

A situação social continua a ser marcada por graves problemas e profundas injustiças, desde logo na distribuição do rendimento nacional entre capital e trabalho, para o que concorrem, entre outras importantes razões, a política laboral, o sistema fiscal e opções orçamentais limitadas e insuficientes.

Portugal continua a padecer de problemas estruturais profundos. Os sectores estratégicos da economia estão hoje dominados pelos monopólios, nacionais e sobretudo estrangeiros, com sucessivos governos a tomar partido pelo grande capital. A situação escandalosa, nomeadamente na PT, nos CTT ou na EDP, com uma crescente degradação dos serviços públicos prestados, o ataque aos direitos dos trabalhadores e o agravamento dos preços e tarifas acom-

panhados, em simultâneo, pela saída de milhares de milhões de euros para o estrangeiro, é reveladora da incompatibilidade entre os interesses nacionais e os dos grupos económicos.

Os últimos três anos mostram que o caminho capaz de assegurar o crescimento económico e o progresso social é o da defesa e conquista de direitos, da elevação de salários e pensões, da reposição de outros rendimentos e remunerações dos trabalhadores e do povo. É na valorização do trabalho e dos direitos, e não na intensificação da exploração e do empobrecimento, que assentam as bases de um crescimento económico que, entre outras condições, exige o decisivo reforço do aparelho produtivo e da produção nacional indispensáveis ao desenvolvimento soberano.

Os desenvolvimentos recentes da situação política são marcados pelas contradições inerentes às opções do PS e do seu Governo minoritário, ao serviço do grande capital e de submissão à UE, de que sobressai uma crescente convergência com PSD e CDS para garantir o essencial da política de direita em matérias e áreas nucleares da acção governativa.

Opções que impedem a resolução de muitos dos problemas nacionais e limitam o investimento público e a resposta às preocupações e aspirações dos trabalhadores e das populações.

Esta realidade evidencia a actualidade e urgência da luta pela ruptura com a política de direita e por uma alternativa patriótica e de esquerda e, ao mesmo tempo, confirma a necessidade de não desperdiçar nenhuma oportunidade para levar mais longe a defesa, reposição e conquista de direitos.

Nestes últimos três anos, ainda que de forma limitada, foi possível dar passos, que devem ser valorizados pelo que representam como resultado da luta de massas e da contribuição decisiva do PCP, de que se assinalam, entre outros: no plano da Segurança Social, o aumento geral e extraordinário de reformas em 2017 e 2018, a valorização do abono de família, a protecção social das pessoas com deficiência, a eliminação dos cortes no subsídio de desemprego; no plano da educação, a gratuidade dos manuais escolares para o 1.º e 2.º ciclos na perspectiva da sua universalização; no plano laboral, a reposição dos 4 feriados roubados, do subsídio de Natal para trabalhadores da Administração Pública, reformados e pensionistas, do horário das 35 horas de trabalho na Administração Pública e dos complementos de reforma de trabalhadores de empresas do Sector Empresarial do Estado, o descongelamento da progressão nas carreiras na Administração Pública, pese embora a resistência do PS na correspondente valorização salarial, o aumento do Salário Mínimo Nacional, ainda que insuficiente;

no plano fiscal, o desagravamento sobre os rendimentos do trabalho com a eliminação da sobretaxa e a criação de dois novos escalões e o alargamento do limite do mínimo de existência no IRS, a tributação do grande capital com o aumento do valor da derrama estadual para empresas com mais de 35 milhões de euros de lucro, a introdução de um adicional ao imposto sobre o património imobiliário de elevado valor; no plano do apoio às actividades económicas, das MPME com a redução do IVA na restauração para 13% e a redução do valor mínimo do PEC, com vista à sua eliminação, e da pequena e média agricultura e pesca com o apoio nos combustíveis; e ainda a reversão dos processos de privatização do Metro, da Carris e da STCP que, a exemplo de outras medidas projectadas pelo Governo PSD/CDS, foi possível impedir.

Honrando o seu compromisso com os trabalhadores e o povo, o PCP não desperdiçou, nem desperdiçará, nenhuma possibilidade de intervir para assegurar direitos e melhores condições de vida. Como a vida mostra, desfazendo ilusões ou leituras falsas, os problemas que o País enfrenta – falta de investimento público, fragilização do aparelho produtivo e da produção, ausência de controlo de sectores e empresas estratégicas, entre outros – só terão resposta rompendo com a política de direita e com a concretização de uma política patriótica e de esquerda que inscreva como objectivo prioritário a defesa dos interesses nacionais, dos trabalhadores e do povo português.

A legislação agora aprovada sobre transferência de competências para as autarquias locais, imposta a partir de um acordo entre o Governo PS e o PSD à revelia das autarquias, num processo tortuoso e à margem do exame sério e rigoroso que exigia, constitui um passo mais na direcção da reconfiguração do Estado, do ataque ao carácter universal a direitos – como a saúde, a educação, a segurança social ou a cultura –, do subfinanciamento das autarquias, de comprometimento da resposta do Estado em serviços e funções que lhe compete exercer, um factor de agravamento de desigualdades e assimetrias regionais.

O Concelho de Sesimbra continua a registar inúmeros problemas que afectam as populações, consequência das décadas de políticas de direita levadas a cabo por sucessivos governos, situação longe de ser invertida pelo actual governo PS.

No sector da Saúde regista-se a falta de médicos, enfermeiros de família e outros trabalhadores da saúde para dezenas de milhares de habitantes do concelho, horários de funcionamento dos Centros de

Saúde claramente insuficientes e desfasados da realidade para quem trabalha, a necessidade urgente da criação de um serviço de urgência básico no concelho e a necessidade da construção do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde.

Foi assinado entre as Autarquias Locais e o Governo o protocolo para a construção do novo Hospital no Seixal, que servirá as populações de Sesimbra, sendo que no processo o Governo PS pretendia excluir as populações do concelho de Sesimbra da área de influência do Hospital, para além de eliminar 10 das 23 valências que estavam previstas em acordo anteriormente assinado.

Na Educação, para além de outras necessidades como é o caso da requalificação da Escola Michel Giacometi, continua a ser absolutamente clara a urgência da construção da Escola Secundária na Quinta do Conde, quer do ponto de vista das necessidades actuais, quer do ponto de vista das perspectivas de crescimento da freguesia, situação que parece ser ignorada pelo actual governo, apesar de resolução aprovada na Assembleia da República.

A necessidade da construção do Lar de Idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde, do Posto da GNR e do Posto da Segurança Social também na freguesia da Quinta do Conde continuam a ser carências graves que afectam o dia-a-dia e a qualidade de vida da população.

O encerramento do Posto dos Correios na freguesia de Santiago, resultante da privatização dos CTT e da política do Governo, veio agravar as dificuldades desta população, que tem direito a um Posto dos CTT com as condições e serviços necessários.

Foram entretanto assinados protocolos entre a CMS e o Governo para a construção do novo Tribunal de Sesimbra, construção do Centro de Saúde de Sesimbra e requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, tendo a CMS assumido responsabilidades que são do Governo Central.

O sector das Pescas continua a ser afectado pela necessidade de uma revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida que vá ao encontro de objectivos e aspirações da actividade e dos pescadores, pela necessidade de construção da Ligação Viária Carrasqueira - Porto de Abrigo, e de medidas que permitam uma mais justa distribuição da riqueza através da valorização do preço do pescado na primeira venda em lota.

Por proposta do PCP na Assembleia da República, foram aprovadas medidas de apoio à Pesca em sede

de Orçamento do Estado, como é o caso da alteração do Fundo de Compensação Salarial, no sentido de alargar as compensações a pagar aos pescadores por motivos relacionados com paragens biológicas e gestão de stocks e o caso da aplicação do apoio à gasolina para a pequena pesca.

São também problemas as abusivas rendas das lojas praticadas no Porto de Sesimbra e as exigências legais impostas aos pescadores, a nível laboral, de formação e de equipamentos, que juntamente com o excesso de zelo das autoridades marítimas, agravam em muito as dificuldades no exercício da actividade da pesca, uma das mais fiscalizadas.

3. ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE DO PARTIDO

A Organização Concelhia de Sesimbra do PCP, apesar das dificuldades e insuficiências que se podem registar, tem conseguido responder positivamente às exigências e tarefas colocadas.

Os resultados e avanços alcançados, ainda que aquém das necessidades, são fruto da dedicação e disponibilidade de vários quadros do Partido, que asseguram de forma regular um conjunto de tarefas vitais para o trabalho do Partido no concelho.

A Organização Concelhia de Sesimbra do PCP conta hoje com 319 membros, sendo que destes 49 estão organizados na Célula dos Trabalhadores da Autarquia, 12 na Célula dos Pescadores, 6 na Organização de Empresas, 2 na Organização da Função Pública, 88 na Organização de Freguesia do Castelo, 40 na Organização de Freguesia de Santiago e 122 na Organização de Freguesia da Quinta do Conde.

Para além da Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, que tem o seu Executivo, funcionam a Comissão de Freguesia da Quinta do Conde do PCP e o Organismo de Coordenação do Trabalho Autárquico. A Célula dos Trabalhadores da Autarquia, apesar das dificuldades, tem conseguido realizar reuniões, em plenário, bem como as Organizações de Freguesia do Castelo e Santiago.

A Célula dos Trabalhadores da Autarquia, que conta com 49 militantes, sendo que destes 14 pagaram pelo menos uma quota no ano anterior, tem procurado reunir trimestralmente, com o objectivo de envolver no trabalho do Partido os militantes que aí se encontram organizados. É de destacar também a realização de distribuições de documentos do Partido na Fonte de Sesimbra e à porta de serviços da CMS, quer em Sesimbra quer na Quinta do Conde.

A Célula dos Pescadores, que conta com 12 militantes, sendo que destes 4 pagaram pelo menos uma quota no ano anterior, tem encontrado dificuldades no desenvolvimento do trabalho, não se tendo conseguido o contacto com alguns militantes nem a realização de reuniões. Ainda assim, desde a última Assembleia de Organização foram realizadas várias visitas ao Porto de Abrigo e contacto com os pescadores, quer com a presença de eleitos da Assembleia da República quer com eleitos do Parlamento Europeu, bem como com eleitos das Autarquias Locais, onde em algumas se tem produzido e distribuído documentos informativos próprios dirigidos aos pescadores.

A Organização de Freguesia de Santiago conta com 40 militantes, sendo que destes 23 pagaram pelo menos uma quota no ano anterior. A Organização de Freguesia do Castelo conta com 88 militantes, sendo que destes 32 pagaram pelo menos uma quota no ano anterior.

Desde a última Assembleia de Organização tem-se procurado a dinamização destas 2 Organizações, sendo que para tal se têm realizado reuniões conjuntas para as quais são convocados todos os militantes das 2 Organizações. Pesem embora as dificuldades existentes, nomeadamente de contacto com militantes menos activos, é de valorizar a realização de várias iniciativas, de que se destacam o Jantar Comemorativo de Aniversário do Partido, realizado anualmente na Sociedade Musical Sesimbrense, que conta com a participação de um vasto número de militantes e amigos do Partido; a colocação regular da propaganda fixa do Partido nas duas freguesias; a distribuição, ainda que irregular e mais centrada na Freguesia de Santiago, dos documentos de propaganda do Partido e a participação anual nas Festas da Nossa Senhora da Luz, em Sampaio.

Sendo que as duas Organizações vendem semanalmente 25 Avantes, é de valorizar também a realização semanal da Banca de Venda do Avante, todas as quintas-feiras de manhã na Vila de Santiago, ponto de divulgação e venda do Avante e presença regular do Partido e das suas posições.

A realização de uma Tribuna Pública na Marginal de Sesimbra, sobre o fecho do Posto dos CTT na Freguesia de Santiago, com a participação da Presidente da Junta, do Presidente da CMS e de um Deputado da Assembleia da República, revelou-se uma experiência positiva e com potencialidades.

A Organização de Freguesia da Quinta do Conde conta com 122 membros, sendo que destes 56 pagaram pelo menos uma quota no ano anterior.

Desde a realização da última Assembleia a Organização de Freguesia da Quinta do Conde manteve o seu funcionamento regular, reunindo a sua Comissão de Freguesia sempre que necessário e desenvolvendo um conjunto diversificado de tarefas.

É de destacar a resposta às tarefas de propaganda, como a colocação dos cartazes Mupi, de pendões e a distribuição de documentos; os contactos sobre temas específicos com os comerciantes locais e com os encarregados de educação; a realização de plenários de militantes; a realização das “Conversas à mesa”, iniciativa de almoço e debate sobre vários temas; a realização anual do Almoço de Comemoração do Aniversário do Partido, iniciativa que junta largas dezenas de camaradas e amigos do Partido; a participação nas comemorações do 25 de Abril na Quinta do Conde, com a presença de uma banca e uma exposição política; a participação, com um stand, nas várias edições da Feira Festa; a edição e distribuição do Boletim Informativo da Organização de Freguesia;

Este ano a Organização de Freguesia tem procurado dar resposta à entrega do novo cartão de militante, bem como à actualização de dados e recebimento de quotas. A Organização de Freguesia da Quinta do Conde vende semanalmente 21 Avantes.

A Organização de Freguesia manteve também o apoio ao trabalho autárquico, ao trabalho sindical e a outras frentes de luta unitária, de que se destaca o papel dos militantes comunistas nas lutas pela construção de uma nova Escola Secundária na Quinta do Conde, por um novo Centro de Saúde e pela construção de um Lar de Idosos, bem como a participação nas Manifestações do 1º de Maio organizadas pela CGTP-IN em Lisboa e nas Manifestações de Mulheres organizadas pelo MDM.

Desde o início do ano de 2015 entraram para a Organização Concelhia do Partido 17 novos militantes, sendo que destes 5 são trabalhadores da autarquia, 6 ficaram organizados na Organização de Freguesia do Castelo, 5 ficaram organizados na Organização de Freguesia da Quinta do Conde e 1 ficou organizado na Organização de Empresas.

No mesmo período saíram do Partido, por diferentes motivos de entre os quais falecimentos, 26 membros.

Dos 317 novos cartões do Partido emitidos este ano, cuja entrega tem permitido também a actualização de dados, o recebimento de quotas e o contacto com os militantes, estão entregues 143, sendo que destes 14 são da Célula dos Trabalhadores de Autarquia, 6

da Célula dos Pescadores, 30 da Freguesia do Castelo, 26 da Freguesia de Santiago e 64 da Freguesia da Quinta do Conde.

Da Campanha Nacional do PCP com o objectivo de contactar 5000 trabalhadores que não sejam inscritos no Partido, resultou o levantamento de 32 nomes a contactar.

Para além da distribuição dos documentos centrais do Partido, a Organização Concelhia de Sesimbra tem procurado a edição e distribuição de documentos próprios, de que se destacam os Comunicados aos Pescadores e o Boletim Informativo da Organização de Freguesia da Quinta do Conde do PCP, que tem saído regularmente.

A Organização Concelhia de Sesimbra tem produzido também faixas próprias e lonas para colocação nas estruturas Mini-Red.

Foram promovidas várias visitas e contactos com o objectivo de abordar diferentes matérias do interesse das populações do concelho, com a participação de eleitos das Autarquias Locais, de deputados da Assembleia da República e de eleitos no Parlamento Europeu, de que se destacam as visitas e contactos no Porto de Pesca, na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, na Escola Michel Giacometti, no Centro de Saúde da Quinta do Conde, no Centro Comunitário da Quinta do Conde e no Cabo Espichel.

A Organização Concelhia de Sesimbra tem tido uma presença bastante positiva nas redes sociais, tendo-se aprofundado o trabalho de divulgação das propostas e intervenção do Partido por meios informáticos, bem como o contacto de militantes e amigos do Partido por estes meios.

Apesar das dificuldades, sublinha-se também a participação de vários camaradas de toda a Organização Concelhia na realização das várias edições da Festa do Avante, nomeadamente no assegurar da Marisqueira do Espaço de Setúbal, quer na fase de implantação, quer no funcionamento nos 3 dias da Festa.

4. LUTA DOS TRABALHADORES E POPULAÇÕES

A luta dos trabalhadores e do povo continua a ser, como sempre, o elemento decisivo para resistir, defender, repor e conquistar direitos.

No concelho de Sesimbra têm-se desenvolvido várias lutas, com particular destaque para a luta cen-

trada nos problemas dos trabalhadores - salários, horários de trabalho, precariedade, defesa dos direitos da contratação colectiva - dinamizadas pelo STAL (Sindicato Nacional Trabalhadores Administração Local) e pela CGTP-IN.

A larga maioria dos trabalhadores das Autarquias Locais aderiram às greves realizadas e, pese embora seja necessário ir mais longe, dezenas de trabalhadores participaram nas Manifestações Nacionais.

É de registar também a assinatura dos ACCEP's (Acordo Colectivo de Entidade Empregadora Pública) entre o STAL e as Autarquias Locais, nos quais se garante a concretização de um conjunto de direitos dos trabalhadores, em contra ciclo com os Governos PS e PSD-CDS.

A elaboração do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da CMS promovida pelo STAL, processo que envolveu a larga maioria dos trabalhadores da autarquia, é um exemplo de participação e mobilização no sentido da resolução de problemas sentidos.

A fragilidade da actividade do Sindicato das Pescas é um elemento negativo com consequências para a unidade e resolução dos problemas sentidos no sector.

Devido à falta de condições da Escola Navegador Rodrigues Soromenho as Autarquias, Associação de Pais e Direcção da Escola realizaram uma reunião pública, largamente participada, e um abaixo-assinado, processo que forçou a assinatura de um protocolo entre a CMS e o Governo para requalificação da Escola.

A luta da população da Quinta do Conde pela construção da Escola Secundária, que contou com a realização de petições e várias acções, nomeadamente de um cordão humano que envolveu milhares de pessoas, tem mobilizado pais, professores e alunos, com particular destaque para as Associações de Pais, Autarquias Locais e Direcções de Escolas.

Outras frentes têm merecido a intervenção da população, como é o caso das questões dos reformados, pensionistas e idosos, sendo de destacar a importância do MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, e da reivindicação da construção do Lar de Idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde.

O núcleo de Sesimbra do MDM – Movimento Democrático de Mulheres – tem hoje uma nova dinâmica, tendo realizado várias iniciativas no concelho em torno do Dia Internacional da Mulher, pela igual-

dade e justiça social, bem como a participação nas Manifestações Nacionais de Mulheres.

Também a Comissão de Utentes da Saúde da Quinta do Conde conta hoje com a participação de novos elementos que têm levado a cabo um conjunto de iniciativas, de que se destaca a realização de um abaixo-assinado em defesa do direito à Saúde na Quinta do Conde.

5. TRABALHO INSTITUCIONAL E AUTARQUIAS LOCAIS

O Poder Local Democrático tem desempenhado um papel de grande importância no desenvolvimento social e económico da Península de Setúbal, do concelho de Sesimbra e na melhoria das condições de vida locais. A construção de uma estratégia autárquica regional; o estímulo à participação das populações; a proximidade entre eleitos e eleitores, tem permitido afirmar o projecto autárquico do PCP e da CDU como um projecto distintivo, inspirado nos valores, ideais e conquistas de Abril.

Projecto autárquico do PCP e da CDU que tem como princípios distintivos uma gestão transparente assente em opções determinadas por critérios de classe, que se distingue de outras pela relação que estabelece com os trabalhadores das autarquias em respeito pelos seus direitos, nos critérios de uso do solo e de sustentabilidade ambiental, na definição de investimentos ao serviço das populações, na relação e apoio ao movimento associativo e popular, na defesa e valorização do serviço público, no conteúdo de esquerda das suas políticas culturais e desportivas, no incentivo à participação e luta das populações;

Projecto autárquico que tem como prática uma acção marcada pela proximidade às populações e que estimula o seu envolvimento na resolução dos problemas, assumindo uma firme postura face ao Poder Central na exigência do cumprimento das suas responsabilidades, combatendo firmemente as intenções de municipalização dos serviços públicos, bem como rejeitando qualquer tentativa de privatização de serviços, como no caso da água ou dos resíduos sólidos.

A CDU é uma importante base de acção política unitária e de convergência. Nessa medida, tem-se afirmado como um espaço político integrador de muitos independentes. Este espaço de participação democrática e unitária tem vindo a contribuir para a apresentação de listas de candidatos de grande qualidade aos vários órgãos autárquicos, o que tem

permitido um trabalho autárquico reconhecido pelas populações.

Na Câmara Municipal de Sesimbra deu-se continuidade ao projecto autárquico da CDU, no âmbito do compromisso eleitoral com a população. A maioria absoluta alcançada nas eleições de 1 de Outubro de 2017, com a manutenção de 4 eleitos no executivo municipal, é o reflexo da confiança depositada na CDU pelas populações na condução dos destinos do concelho.

No primeiro ano de mandato foram definidas um conjunto de prioridades gerais para o horizonte dos próximos 4 anos: a materialização dos compromissos de grandes investimentos já garantidos através de fundos comunitários e contratos de financiamento com a administração central; o reforço de meios (humanos e materiais) para as intervenções de proximidade, com destaque para as pequenas intervenções no espaço público e a limpeza urbana; a afirmação de Sesimbra, em termos económicos e sociais, no quadro da região, com enfoque na continuidade da aposta do desenvolvimento turístico; a aposta na partilha com o movimento associativo e populações das grandes decisões locais, através de uma efectiva participação; a projecção futura do concelho, em termos de grandes investimentos, para o horizonte pós 2020.

Desta forma, e reconhecendo os constrangimentos em termos de meios para a prossecução das suas competências de proximidade, fruto das ingerências na autonomia do poder local no quadro das políticas seguidas por sucessivos governos, em particular pelo anterior governo PSD/CDS, foi possível neste primeiro ano de mandato fazer avanços significativos na reposição gradual da capacidade de resposta da Câmara Municipal. Desde logo na celebração de um conjunto significativo de novos contratos de trabalho, em particular com a entrada em funções de novos trabalhadores para as áreas operacionais, na regularização dos vínculos precários existentes e na preparação de uma nova organização dos serviços da Câmara Municipal, que entrará em vigor a partir de 2019.

É de salientar também, em termos de recursos humanos, a alteração do posicionamento remuneratório de mais de 300 trabalhadores da autarquia, garantindo desta forma uma maior justiça nos salários e rendimentos congelados à mais de uma década.

Foi também garantido o reforço de meios materiais, em particular com a aquisição de novo material circulante, e a assunção de um empréstimo ban-

cário de cerca de 1,2M€ para este reforço, garantindo os meios necessários para a efectiva resposta às populações, sobretudo na área da higiene urbana.

Durante este período foram também iniciados um conjunto de obras, nomeadamente respeitantes à mobilidade pedonal, no âmbito do programa já predefinido, nomeadamente os troços de Sampaio, Maçã-Santana, Sesimbra e Alfarim-Caixas, estando previsto no próximo ano a continuidade nos troços de Almoinha-Santana, Zambujal-Santana, Azoia-Aldeia Nova e Quinta do Conde, onde nesta se incluí a mobilidade ciclável, num investimento global de cerca de 5M€.

Também a decorrer, num investimento de cerca de 1,5M€, está a empreitada de fecho do saneamento na Freguesia do Castelo.

Ao nível dos investimentos foram ultimados todos os procedimentos para que no próximo ano se iniciem um conjunto de obras de grande volume, que se traduzirão numa mais valia de equipamentos para todos o concelho: o novo canil municipal; a nova escola básica do 1º ciclo e pré-escolar do Conde 2; a ampliação e reabilitação da escola Navegador Rodrigues Soromenho; o novo edifício de habitação social do Bloco da Mata e a requalificação de toda a Mata da Vila Amália; a reabilitação da capela de São Sebastião, o novo Centro de Saúde de Sesimbra; o novo Campus de Justiça de Sampaio; a requalificação do Cabo Espichel; o novo auditório municipal na Quinta do Conde; entre outras intervenções.

Para além destas intervenções a Câmara Municipal está a trabalhar para nos próximos anos avançar com a obra do Pavilhão Multiúso da Quinta do Conde, a nova Biblioteca também na Quinta do Conde e o novo edifício Municipal.

Este trabalho, exigente, correspondendo ao compromisso que a CDU assumiu com a população, só é possível com a competência e dedicação dos eleitos da CDU e da sua relação com os munícipes, num projecto que valoriza os serviços públicos e a satisfação dos problemas.

A CMS aprofundará a exigência do cumprimento por parte do governo sobre as matérias que são da sua responsabilidade, como a necessidade de um novo Centro de Saúde, de um Lar de Idosos e de uma Escola Secundária na Quinta do Conde, bem como da variante Carrasqueira - Porto de Abrigo, fulcral para a actividade da pesca e afirmação do Porto de Sesimbra, seus trabalhadores e pequenas empresas.

No âmbito da afirmação de Sesimbra, a CMS lançou uma nova imagem, reprogramando a informação e comunicação com o munícipe, garantindo uma maior proximidade, conhecimento e participação dos mesmos nas opções e decisões políticas locais.

A CMS reforçou também a sua intervenção na Cultura, Desporto e Educação, no sentido de promover o seu acesso a todos e a qualidade de vida das populações.

Na Assembleia Municipal de Sesimbra, com as eleições ocorridas a 1 de Outubro, a CDU reafirma novamente a maioria, prova da confiança que a população do concelho continua a expressar perante as nossas propostas e projecto para o concelho.

Passado um ano desde o início do mandato o balanço é francamente positivo, tendo sido a bancada da CDU que mais documentos apresentou para debate, abordando várias áreas de interesse do concelho como a Pesca, o Ambiente, a Educação, nomeadamente sobre as escolas do concelho e a necessidade da construção da nova Escola Secundária na Quinta do Conde, a Saúde, nomeadamente em defesa de melhores condições de acesso e novo Hospital, a defesa de novos equipamentos de segurança e terceira idade.

Valorizando-se a participação de vários independentes, a actual bancada da CDU na Assembleia Municipal reúne boas condições para fortalecer o debate político e a defesa das propostas e princípios da CDU, que é o melhor garante para que a CDU se afirme na vanguarda do trabalho autárquico.

Sendo a Assembleia Municipal cada vez mais um órgão de debate e defesa dos interesses de quem nos elegeu, é também de realçar o trabalho de coordenação de 2 Comissões, bem como da Presidência da Mesa da Assembleia, à qual se tem reconhecido o esforço na convergência política para a apresentação de propostas sobre os problemas e necessidades das populações.

É importante a continuação e reforço da dinâmica da bancada da CDU na Assembleia Municipal, bem como a sua ligação com os eleitos nos outros órgãos autárquicos, sendo necessário aprofundar o debate acerca das grandes preocupações e problemas do concelho, promovendo para cada um a defesa de políticas que tenham por base a sua resolução, na Saúde, na Educação, na dignificação dos trabalhadores, na salvaguarda dos interesses locais, nomeadamente na Pesca, no Ambiente, na Habitação, na melhoria das condições sociais e no emprego com direitos para todos.

A Assembleia Municipal tem também promovido a descentralização através de reuniões e acções de proximidade junto das populações.

Na Junta de Freguesia de Santiago o novo Executivo eleito desde o início do novo mandato permitiu a continuação do trabalho da CDU e ao mesmo tempo a renovação do órgão, imprimindo nova dinâmica.

Apesar dos membros do Executivo da Junta não terem tempo atribuído e de ter havido a redução de 5 para 3 elementos (os 3 eleitos pela CDU), foi possível atingir vários objectivos, como o de tornar a Junta de Freguesia mais visível à população; de dinamizar o Centro de Convívio da Fonte Nova, de forma a promover um envelhecimento activo, estendendo as actividades à população sénior da freguesia e envolvendo também os residentes de segunda habitação; de valorizar e dar a conhecer à população em geral o património histórico do território; da dinamização do programa “unir gerações”; do fomento do ensino da música; da presença e colaboração nas tradições da terra.

É de sublinhar também o apoio prestado pela Junta de Freguesia à comunidade educativa e o trabalho de alerta e solicitação à CMS no sentido da reparação das calçadas da Vila e para a reconversão e melhoramento dos espaços públicos de alguns bairros municipais.

A Junta de Freguesia do Castelo, com um executivo que após as últimas eleições apenas mudou a figura do presidente, continua a apostar numa política de proximidade com todos e nas mais diversas áreas, ao lado do movimento associativo e grupos de cidadãos, não só na atribuição de participações financeiras, mas colaborando nas mais variadas formas através de apoio logístico, organizativo e legal, fazendo a ponte com outros organismos para que se atinjam os objectivos, como é o caso do Torneio SUMMER CUP, que este ano irá contar com a sua 9ª edição, o SESIMBRA CUP (torneio de futebol de praia), que será realizado também pelo 3º ano consecutivo ou o 1º Encontro Equestre, realizado em Alfarim, entre outros; no apoio às Comissões das festividades de carácter cultural e religioso da freguesia; na revitalização de datas comemorativas importantes, como a Procissão da Penitência, na aldeia da Azoia, e a Comemoração do Dia dos Avós; com o projecto Oficina Domiciliária, programa de apoio para a realização de pequenas obras de manutenção e reparação em casa de idosos e pensionistas; com o projecto Saúde+, em parceria com a Unidade de Saúde Familiar do Castelo; no apoio ao Ponto de Encontro Solidário; na cedência de viaturas às escolas, movimento associativo, entre outros; na continuação dos projectos de

animação de verão em vários locais da freguesia, tal como a Mostra de Artesanato e o Castelo On Tour; na vertente de limpeza urbana e remoção de ervas, ao abrigo do protocolo de descentralização de competências com a CMS; na reparação e colocação de abrigos de passageiros; na requalificação dos estabelecimentos de ensino da rede pública do pré-escolar e 1º ciclo; na aquisição de equipamento, maquinaria de trabalho e fardamento para os Serviços Operacionais e Urbanos; na concepção, edição e distribuição da revista informativa CASTELO INFORMAÇÃO; na aposta na formação nas mais variadas áreas; na abertura e conclusão de procedimento concursal para duas funcionárias que se encontravam em condições de precariedade laboral.

Até ao final do ano, a Junta de Freguesia do Castelo perspectiva ainda a requalificação do Espaço Zambujal, a conclusão da requalificação do Complexo Desportivo de Almoinha e a limpeza, desmatação e pinturas em cerca de 50 equipamentos de património da água (poços, fontes e fontanários).

Na Junta de Freguesia da Quinta do Conde, após as eleições de 1 de Outubro de 2017, a CDU partiu para o terceiro mandato autárquico a administrar a Freguesia, tendo como cenário uma maioria relativa na Assembleia de Freguesia (8 eleitos da CDU em 19) e um Executivo composto por 6 eleitos da CDU e 1 eleita do PSD.

Com grande disponibilidade para trabalhar e concretizar um programa eleitoral simultaneamente ambicioso, realista e exequível, o Executivo da Junta concretizou vários objectivos, como a sua abertura ao público, ininterruptamente, das 9 às 17 horas; a aprovação da aplicação da jornada contínua aos trabalhadores que a desejam; a aquisição de equipamento de protecção individual para os assistentes operacionais; a abertura de novo procedimento concursal; o início da construção do Parque Canino; a construção do Estádio Multiúso de Areia; a aquisição de mais uma viatura para apoio à actividade de eliminação de ervas nos passeios e bermas; a atenção aos edifícios e equipamentos propriedade da Junta de Freguesia; o reforço do apoio às actividades culturais.

A Junta de Freguesia da Quinta do Conde prosseguiu também com o apoio e parceria com o movimento associativo, nas áreas do desporto, recreio, cultura e acção social; dinamizou a reactivação da Comissão de Utentes da Saúde e acompanhou as exigências ao Poder Central como a construção do novo Centro de Saúde e do Hospital no Seixal, a par da reivindicação da prestação de cuidados de saúde primários a todos os quinta condenses; acompanhou

a comunidade educativa e a exigência de construção da nova Escola Secundária.

Nas 3 Juntas de Freguesia do concelho foi aprovada a deliberação, quer nos Executivos quer nas Assembleias de Freguesia, contra o processo de transferência de competências.

O trabalho dos eleitos da CDU nas 3 Assembleias Freguesia tem sido bastante positivo, com a apresentação e defesa de posições políticas de âmbito nacional, regional e local, no essencial aprovadas. Regra geral, têm-se realizado reuniões de preparação das Assembleias, que se têm demonstrado importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Em praticamente todos os órgãos, registam-se avanços significativos no cumprimento do princípio estatutário dos eleitos não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente pelo exercício do cargo, factor de prestígio e demonstração de honestidade e dedicação, pese embora ainda seja necessário clarificar algumas situações.

6. OBJECTIVOS POLÍTICOS E ORGÂNICOS

10

A 13ª Assembleia de Organização do Concelho de Sesimbra do PCP tem como alvo a definição dos objectivos orgânicos e de intervenção do Partido no Concelho para os próximos 3 anos, tarefas que ficarão a cargo da nova Comissão Concelhia eleita, que deve nas suas reuniões discutir as formas de concretizar tais objectivos, os problemas concretos que afectam os trabalhadores e as população e analisar a evolução da realidade económica, social e política.

Alvo de ataque sistemático, calúnia, discriminação, silenciamento, o PCP assume a sua identidade comunista, o seu projecto de transformação da sociedade. Para tal, o Partido conta apenas com a sua força e capacidade de intervenção para resistir e cumprir o seu papel, mas, registando insuficiências, precisa de ser mais forte e influente para as batalhas políticas actuais e do futuro.

Trabalhar para um PCP mais forte e mais influente é assim uma exigência que se coloca aos comunistas, e é também uma necessidade para os trabalhadores e o povo português, para afirmar a política alternativa patriótica e de esquerda, a democracia avançada, os valores de Abril no futuro de Portugal.

O reforço orgânico do Partido assume-se assim como indispensável no trabalho futuro da Organiza-

ção Concelhia de Sesimbra do PCP, que deverá ter em conta as seguintes linhas de trabalho:

- A promoção do recrutamento e integração de novos militantes, particularmente de trabalhadores;
- A formação política e ideológica, com a promoção de iniciativas e acções de formação;
- O prosseguimento da Campanha Nacional do Partido de contacto com 5000 trabalhadores;
- A entrega do novo cartão do Partido, a par da actualização de dados e recebimento de quotização;
- O recebimento regular de quotização, fazendo a discussão para o aumento do valor da quota, tendo por base a referência de 1% do salário ou rendimento mensal;
- Garantir a contribuição financeira dos eleitos, assegurando o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados, bem como o recebimento de outras contribuições;
- Potenciar a participação de militantes e amigos do Partido em organizações unitárias de massas;
- A divulgação e aumento da venda do Avante!;
- A promoção de reuniões regulares de todas as Organizações, no sentido da participação e distribuição de tarefas por mais militantes do Partido.

O trabalho de reforço do Partido deve ser concebido em articulação com uma forte ligação às massas e uma maior actividade política.

Ligação às massas que passa pela identificação dos problemas concretos que afectam os trabalhadores e as populações, pela promoção da participação em estruturas unitárias, como sindicatos, comissões de utentes ou colectividades, e a dinamização de acções no sentido da resolução dos problemas.

Por outro lado, é imperativo que as Organizações do Partido dinamizem um conjunto de iniciativas políticas, sejam elas de convívio ou sobre temas de interesse geral.

No quadro de grande ofensiva ideológica e de propaganda do grande capital, com os poderosos meios que dispõe, assumem ainda maior importância a propaganda e a imprensa do Partido, sendo indispensável continuar a melhorar o trabalho de propaganda fixa, de distribuição e electrónica.

O aprofundamento do trabalho autárquico requer a promoção de reuniões e espaços de discussão colectiva, que permitam a participação e o envolvimento dos eleitos e outros membros das listas da CDU, bem como a promoção de iniciativas de contacto com as populações e seus problemas.

A Organização Concelhia de Sesimbra deverá também procurar reforçar o seu contributo para a rea-

lização da Festa do Avante, na sua divulgação, na venda antecipada da EP, nas jornadas de trabalho de implantação e no funcionamento dos 3 dias da Festa.

O trabalho de reforço da organização e influência do Partido, de intensificação e alargamento da luta de massas, que associa objectivos imediatos de defesa, reposição e conquista de direitos à afirmação do projecto do Partido e à concretização de uma política patriótica e de esquerda e do seu Programa de uma democracia avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo socialismo e o comunismo, são tarefas de todos os comunistas da Organização Concelhia de Sesimbra do PCP.

COMISSÃO CONCELHIA DE SESIMBRA DO PCP

